# COVID-19: Os impactos e transformações causados no ensino superior

Publicado em 14 de janeiro de 2021

João Victor Caires

Resumo

Este presente artigo apresenta uma discussão teórica acerca dos impactos e transformações causados pela COVID-19 e utiliza artigos científicos, reportagens e portarias publicadas pelo MEC, para apontar de forma analítica os impactos e transformações vividos por todos os inseridos em instituições de ensino superior de todo o país após a chegada do vírus Sars-CoV-2. Este trabalho busca mostrar a perspectiva dos atores centrais do processo de educação e de gestão impactados pela crise; as IES, que se viram tendo que fechar as portas e migrar para um modelo 100% à distância; os professores, que perderam a sala de aula presencial e precisaram reinventar a forma de lecionar e inseri-la em um novo modelo não amadurecido; e os alunos, que precisaram se adaptar a uma nova metodologia e rotina dentro de um contexto nunca antes vivido neste século.

Palavras chave: Ensino Superior; Gestão; Educação; COVID-19

1 Introdução

A pandemia do coronavírus interrompeu as atividades presenciais de 91% dos estudantes no mundo (UNESCO, 2020a). Até meados de abril de 2020, havia projeções que indicavam que as medidas de controle da pandemia poderiam se prolongar por 2 ou 3 meses. Todavia, projeções científicas publicadas a partir desse mesmo mês indicaram a necessidade de ampliar os períodos de quarentena, ainda que de modo intermitente, e de que o retorno às atividades presenciais ocorra de forma controlada, com minimização de riscos de contágio (KISSLER et al., 2020). Isso impõe uma nova realidade às Instituições de Ensino Superior (IES) para os próximos anos.

Universidades, departamentos acadêmicos e cursos universitários precisaram se adequar para reduzir danos pedagógicos e riscos à saúde pública, garantindo a manutenção de uma educação em nível superior de qualidade e segura. Competiu às instâncias deliberativas das IES decisões fundamentais que subsidiaram as decisões de professores quanto à forma de conduzir suas disciplinas. Ajustes precisaram ser feitos nos planos de desenvolvimento institucional, nos projetos pedagógicos de cursos e no gerenciamento departamental, a fim de lidar com a situação de emergência. Neste artigo, foram levantadas informações de alunos, professores e Instituições de Ensino Superior (IES) durante as diferentes fases vividas neste período e como estes agentes vem lidando com este “novo normal”.

Em todo o mundo, os sistemas educacionais foram afetados pela pandemia da Covid-19. Em mais de 150 países, a pandemia produziu fechamento generalizado de instituições de ensino, como escolas, faculdades e universidades (UNESCO, 2020a). Esse fechamento ocorreu em decorrência de projeções realizadas a partir de dados científicos nas quais se estimava que o período de quarentena perduraria por, no máximo, 90 dias (WHO, 2020). Entre os encaminhamentos tomados, estão: a) em todos os países da União Europeia, as instituições de ensino foram fechadas ou o fechamento foi evitado por meio de alterações no calendário acadêmico das instituições, como na Alemanha (MOTIEJÜNAITÊ-SCHULMEISTER; CROSIER, 2020); b) surgiram iniciativas, como o projeto italiano “solidariedade digital” (MINISTRO PER L’INNOVAZIONE TECNOLOGICA E LA DIGITALIZZAZIONE, 2020), em que empresas ofereceram gratuitamente serviços à população durante o período de quarentena (o que inclui cursos e aulas virtuais); c) em algumas localidades, escolas permaneceram abertas somente para filhos de trabalhadores em setores considerados essenciais e para crianças em situação de vulnerabilidade, como no Reino Unido e na Austrália (p. ex., GOVERNMENT OF UNITED KINGDOM, 2020); e d) em locais, como a China, houve ampliação de acesso público à Internet e oferta de disciplinas ou cursos on-line por meio de plataformas geridas por instituições de ensino (THE WORLD BANK, 2020).

No Brasil, por conta da epidemia de H1N1, que ocorreu no ano de 2009, o Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu o Parecer n. 19/2009, orientando as instituições de ensino sobre o cumprimento do calendário escolar em situações de saúde pública com interferência em suas rotinas (BRASIL, 2009). Esse documento e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394/1996) (BRASIL, 1996) foram os documentos iniciais para a discussão e a proposição de orientações para a educação no contexto de pandemia da Covid-19.

Cerca de um mês após ser declarada a emergência em saúde pública de importância nacional em decorrência da Covid-19 no Brasil e da adoção de medidas para seu enfrentamento (BRASIL, 2020a), foi instituído o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação (COE-MEC) (BRASIL, 2020b). A partir desse comitê foram publicadas a Portaria n. 343/2020 (alterada pelas Portarias n. 345/2020 e n. 395/2020) e uma Medida Provisória (n. 934/2020), as quais autorizam a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais - que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação (exceto estágios, práticas de laboratório e, para os cursos de Medicina, os internatos). Foi autorizada, também, por meio da publicação desses documentos, a flexibilização dos dias letivos, desde que mantida a carga horária mínima dos cursos (BRASIL, 2020c, 2020d). O conjunto de documentos citados anteriormente possibilita que as instituições de Ensino Superior respondam ao período de quarentena suspendendo as atividades presenciais ou substituindo-as por aulas “em meios digitais”.

No que se refere ao ensino por “meios digitais” (ofertado por instituições de Ensino Superior brasileiras antes da pandemia), já havia a possibilidade de que cursos de graduação presenciais fossem compostos por atividades desenvolvidas na modalidade Educação a Distância (EaD) (BRASIL, 2019). O limite máximo de carga horária para atividades nessa modalidade é de 40% sobre a composição total de atividades nos cursos, respeitadas as indicações nas diretrizes curriculares de cada curso (BRASIL, 2019). No entanto, considerando o contexto de pandemia da Covid-19, houve necessidade de mudanças com relação à prática de atividades não presenciais por meios digitais e o limite de carga horária. Considerando tais necessidades, o CNE emitiu o Parecer n. 5/2020, que apresenta orientações para reorganização dos calendários escolares (da educação infantil à superior, incluindo modalidades como Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial) e realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia, bem como a consideração de tais atividades na carga horária do ano letivo (BRASIL, 2020e). Com relação ao Ensino Superior, considerando as normas que regulam a EaD, o parecer dá ênfase à adoção de atividades por meios digitais e ao uso de ambientes virtuais de aprendizagem como forma de substituir as atividades presenciais, viabilizando continuidade do ensino durante a pandemia. Segundo o documento, essas atividades não presenciais podem ser consideradas para cumprimento de carga horária mínima anual, o que tornaria desnecessária a reposição dessas atividades após a pandemia.

Considerando as documentações brasileiras oficiais relacionadas à normatização, bem como as sugestões indicadas por elas, no Brasil, o contexto de pandemia resultou na suspensão de aulas presenciais nos setores público e privado. Como exemplo, segundo dados do início de maio de 2020, cerca de 89,4% das universidades federais estavam com as atividades de ensino suspensas (BRASIL, 2020f). De acordo com levantamento divulgado pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES, 2020), 78% das IES privadas estão com aulas por meios digitais e 22% delas optaram por suspender as aulas.

O atual contexto de pandemia da Covid-19 exigiu das IES decisões sobre como lidar com os processos de ensinar e aprender de modo que os agentes envolvidos (i. e., professores, estudantes e funcionários) sejam protegidos da contaminação e da propagação do vírus (HODGES et al., 2020). A suspensão das aulas presenciais levou muitas IES a optarem pela utilização do Ensino Remoto Emergencial como forma alternativa para prosseguir com o ano letivo. No entanto, embora essa modalidade também utilize frequentemente o ambiente on-line para o ensino das disciplinas curriculares, ela se diferencia do Ensino a Distância em termos de características e possibilidades de implicações para a educação.

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma breve revisão sobre os desafios encontrados por todos os envolvidos no processo de educação superior, e nos leva a responder questões como:

Quais foram os impactos vividos por professores, alunos e instituições de ensino neste período? Como estão sendo enfrentadas as dificuldades? Quais foram as transformações?

Dentro deste contexto, utilizando a metodologia de pesquisa bibliográfica, buscamos de forma descritiva, informações quanti-qualitativas e diferentes perspectivas sobre o assunto, e seus impactos sob os agentes supracitados.

2 As perspectivas dos principais afetados

Com a mudança repentina para a modalidade de ensino remoto, os alunos, professores, e instituições se depararam com problemas em todos os âmbitos e diferentes escalas, como: adaptação ao modelo, estrutura, metodologia e financeiro.

A seguir, mostraremos com base em pesquisas recentes, a visão do aluno, os pontos positivos e negativos vistos pelo professor, e os impactos sofridos sob a ótica das Instituições de Ensino Superior(IES).

2.1 A perspectiva do aluno

De um modo geral, houve um período de implantação e adaptação dos alunos ao ambiente remoto, e em seguida, a adaptação ao novo contexto.

A seguir, classificamos pontos importantes e os agrupamos em alguns fatores que definem as perspectivas dos alunos quanto à nova realidade:

2.1.1 Tecnologia e adaptação ao ensino remoto

Foram inseridas diversas ferramentas novas na rotina do estudante, como Zoom, Canvas, Google Meet, Microsoft Teams, entre outros, e com isso os estudantes tiveram de se adaptar ao uso destes aplicativos.

Com relação à adaptação às ferramentas online, 55,7% acharam fáceis o acesso e o uso das ferramentas web para as aulas remotas, 33,3% tiveram algum problema no início, mas em seguida se adaptaram bem e somente 8,3% tiveram problemas em acessar e se familiarizar bem com as ferramentas online de conexão com as aulas. (A, 2020, p. 1)

2.1.2 Preparação das IES

É um fato que as IES não tiveram tempo suficiente para se preparar, pois o período de quarentena foi instaurado com o semestre letivo em curso, mas, como o aluno enxergou tudo isso?

Quanto ao preparo docente para este ambiente, 39,9% dizem que seus professores não estavam bem preparados para essa nova modalidade de ensino e precisam de mais tempo se preparando para melhorarem o curso, enquanto 21,3% disseram que seus professores estavam bem preparados para essa modalidade de ensino.

Quanto à interação com os docentes, 46,4% dizem que na modalidade online não há um grau maior de interação com professores e colegas e há foco em dividir tarefas, enquanto 22,4% afirmam que há maior interação e que também dividem as tarefas.

Como pontos negativos, 60,7% destacam o foco nas aulas na modalidade online, 49,7% a falta de interatividade e 48,1% a falta de proximidade com os colegas de curso.

Em 50,3% das respostas, os alunos nunca tiveram aulas de laboratório, 29% tiveram a aula de laboratório retiradas da grade de ensino e 18% continuam tendo aula de laboratório online. (A, 2020, p. 1)

2.1.3 Conteúdos ministrados

Uma das grandes preocupações das IES e dos alunos neste período é quanto a qualidade dos conteúdos ministrados:

Foi perceptível que 69,4% dos alunos responderam que o aprendizado na aula presencial é melhor, enquanto 18,6% consideram aptos a aprenderem em qualquer um dos ambientes e somente 9,8% disseram que o aprendizado é melhor na aula online.

Na questão percepção do aprendizado, 27,9% disseram que o aprendizado continua o mesmo, 37% defenderam que seu aprendizado diminuiu na modalidade online e apenas 12% mencionaram que aumentou seu aprendizado na modalidade online. Importante ressaltar que 22,4% responderam não ter condições de avaliar se seu aprendizado aumentou ou diminuiu.

Apenas 21,3% dos estudantes se sentiram seguros com o repasse dos conteúdos no modelo online, enquanto 65,1% se sentem inseguros em aprender.

Para 37,7%, com a aula online ficou mais fácil organizar seu próprio tempo e diminui os gastos e tempo com transporte até a escola, enquanto 25,7% acham que o gasto com transporte e tempo até a escola não são relevantes. Para 21,3%, é difícil organizar o seu tempo, contudo valorizam a economia com as despesas de transporte até a escola.

Para 15,8% os cursos online devem ser mais interativos, como nos jogos educacionais, enquanto 67,2% preferem que haja um equilíbrio entre aulas expositivas e interativas.

Uma boa parte dos alunos, 63,4%, acreditam que tours virtuais a lugares reais sejam um bom modo de aproximação da realidade, enquanto 23,5% afirmam que seu interesse dependeria da proposta de aprendizagem e 13,1% preferem conteúdos mais tradicionais. (A, 2020, p. 1)

2.1.4 Avaliação

O processo de avaliação também foi reformulado, devido a 100% das atividades serem executadas de formas remotas.

Ao se falar em meios para evitar trapaças nas provas da modalidade online, 19,7% acreditam que a melhor maneira seja a aplicação de provas orais, 29,5% defendem a aplicação de provas em grupo ou dupla, 45,4% acreditam que deva mudar os critérios de avaliação e 35,5% defendem a aplicação de avaliações diferentes para cada aluno.

Das respostas, 41% são a favor das avaliações contínuas baseadas em textos e outras atividades, enquanto 29% apesar de ser a favor, defende a ideia de maior interação entre os alunos no momento de aplicação das avaliações. E 13,7% estão tendo dificuldades em se acostumar com os modos de avaliações online. (A, 2020, p. 1)

2.1.4 Preferências dos estudantes

Afinal, o que os estudantes preferem?

Ainda assim, 61,7% preferem cursos presenciais contra 10,9% que preferem curso online. Uma parcela de 27,4% divide opiniões entre apoiar o modo online em parte do curso e ter um curso inteiramente online, mas com preparo prévio para aprender a utilizar as ferramentas.

Como pontos positivos, 82,5% destacam na modalidade online a flexibilidade de tempo, 76,5% a diminuição de tempo até a escola e 74,9% a economia com transportes. (A, 2020, p. 1)

2.2 A perspectiva do professor

O professor é aquele que faz a mediação entre o conhecimento e o aluno, que orienta o caminho, ajuda e auxilia na construção do saber e das habilidades essenciais para a vida profissional e também pessoal.

Eles estão realizando seu trabalho virtualmente e superando desafios para que isso ocorra, visto não ser uma prática comum em seu dia a dia como educador, pois sempre tiveram a presença dos estudantes em sala de aula para ensinar.

A seguir, classificamos pontos positivos e negativos realçados pelos docentes conforme pesquisa realizada pela SEMESP.(SEMESP, 2020)

2.2.1 Pontos positivos

Aprendizado no uso de ferramentas tecnológicas: os professores avaliaram positivamente o conhecimento em novas ferramentas e softwares de ensino remoto. Muitos pretendem adaptar esses recursos em suas aulas presenciais no período pós-pandemia.

Apoio dos colegas de profissão: houve troca de experiências entre os docentes. A ajuda mútua e o compartilhamento do conhecimento foram vistos como um aspecto muito proveitoso durante o período de adaptação. Os professores criaram grupos de WhatsApp para troca de informações, principalmente sobre o uso de ferramentas digitais.

Novas metodologias de ensino: as aulas remotas exigem maior preparação dos conteúdos expositivos, e essa experiência se torna enriquecedora para os docentes.

A aplicação de metodologias ativas foi satisfatória.

Flexibilidade e praticidade: os docentes também destacaram que o ensino remoto auxilia na qualidade de vida, como redução no deslocamento e transporte, aumentando o tempo disponível para outras atividades pessoais.

Surpresa com o modelo remoto: vários docentes se surpreenderam positivamente com essa modalidade de ensino. Estão buscando novas experiências e encarando a tecnologia como um novo desafio. O conhecimento adquirido durante esse processo ajudou os docentes se reinventarem na forma de ensinar.

2.2.2 Pontos negativos

Falta de interação e participação dos alunos: esse tópico foi apontado como a principal dificuldade enfrentada pelos docentes durante as aulas remotas. Os professores relataram muitos problemas com a dispersão e a falta de interesse dos alunos, devido à pouca participação durante as aulas. Conviveram com o impasse de não terem o feedback visual em tempo real dos alunos.

Equipamentos/Ferramentas: os docentes também detalharam a falta de equipamentos como notebook, microfones, plataformas e softwares adequados para a melhoria da qualidade da aula remota. Algumas instituições não forneceram esses recursos físicos, suporte e/ou treinamentos sobre o uso das ferramentas tecnológicas suficientes. Além disso, muitos docentes tiveram que usar seus equipamentos próprios, muitas vezes ultrapassados e ineficientes. O ambiente de trabalho também foi citado pelos professores como impróprio, com ruídos e interferências. Outra dificuldade enfrentada foi a falta de equipamentos dos alunos, piorando ainda mais a participação na aula.

Adaptação num curto espaço de tempo: muitos docentes apresentaram dificuldades no início, quando as aulas presenciais foram transformadas em remotas. Tiveram que preparar novas formas de ensino e aprender novas ferramentas de trabalho, num período muito reduzido e sem planejamento. Apesar de todas as adversidades, os professores entendem que foi a melhor alternativa diante da situação de pandemia.

Problemas com internet: o acesso à internet foi um dos aspectos mais negativos durante as aulas remotas. A qualidade do sinal, as falhas de conexão, a velocidade baixa ou a falta da internet atrapalharam de forma significativa o andamento das aulas, tanto para os professores quanto para os alunos.

Metodologia e didática de aula: os docentes tiveram que transformar suas metodologias de ensino. Tornar as aulas interativas, incluir novos conteúdos, utilizar novas ferramentas de ensino, adaptar as aulas práticas no formato online, incluir recursos visuais e readequar as atividades e os materiais didáticos. As formas de avaliação, no entanto, na visão dos docentes, perderam um pouco a eficácia e a capacidade de diagnóstico.

2.3 A perspectiva da IES

O ano de 2020 tem se mostrado ímpar na história devido à pandemia, onde todos os prognósticos até o início do ano não foram assertivos plenamente em suas projeções. Com a interrupção das atividades acadêmicas presenciais no Brasil em março de 2020 e com o início das aulas online, as instituições de ensino superior (IES) se viram diante de um processo novo, dependente de internet, de ambientes virtuais de aprendizagem e de plataformas de aulas remotas.

2.3.1 Modelo de Ensino e Metodologia

Diante da pandemia, as IES adotaram o ensino remoto emergencial, que muito se diferencia do EAD(Ensino à Distância). Na EaD, desde o planejamento até a execução de um curso ou de uma disciplina, há um modelo subjacente de educação que ampara as escolhas pedagógicas e organiza os processos de ensino e de aprendizagem. Existem concepções teóricas, fundamentos metodológicos e especificidades que sustentam, teórica e praticamente, essa modalidade. Já o ensino remoto emergencial foi uma estratégia regulamentada pelo MEC para os cursos presenciais para cumprir as medidas de distanciamento social no período da pandemia. É válido ressaltar que o ensino remoto pode ou não ser mediado pela tecnologia. O objetivo maior do ensino remoto atualmente é que o aluno da educação presencial não tenha perdas muito grandes na educação.

2.3.2 Responsabilidade Social

A responsabilidade social faz parte do cerne da constituição das instituições de ensino superior (IES). Propósito que passa pela formação integral dos futuros profissionais e pela construção de conhecimentos que promovam um mundo melhor e o bem-estar da sociedade. No contexto pandêmico que vivemos, o papel social das IES se tornou ainda mais relevante.

Enquanto muitas salas de aula ainda estão fechadas em razão da pandemia do novo coronavírus, as faculdades, centros universitários e universidades particulares têm tido participação ativa – fisicamente e on-line – no apoio e na promoção de soluções em prol das comunidades locais. Na área da saúde, mantêm a população informada sobre a prevenção e os cuidados sanitários, auxilia nas pesquisas, no diagnóstico e no monitoramento de casos da Covid-19.

Também oferecem atendimentos psicológicos, rodas de conversa e palestras relacionadas à saúde mental. Ainda no início da pandemia, uniram esforços para arrecadar e distribuir cestas de alimentos, identificaram os alunos mais necessitados, ofertaram chips de acesso à internet (ou planos subsidiados), doaram equipamentos para que eles continuassem assistindo às aulas remotas e tantas outras ações foram realizadas.

Por isso, centenas de cursos online de capacitação tiveram acesso liberado gratuitamente. Afinal, é função do setor educacional promover a inclusão social, a transformação de vidas e apoiar o poder público onde ele é mais carente.

2.3.3 Inadimplência e Evasão

A diminuição da renda dos trabalhadores, o desemprego e as incertezas econômicas durante a pandemia do novo coronavírus atingiram em cheio as universidades particulares brasileiras. Esses fatores levaram ao aumento da inadimplência e evasão no setor.

A taxa de inadimplência no ensino superior privado no Brasil ficou em 23,9% em maio, percentual 51,7% maior que o registrado no mesmo período de 2019. As mensalidades em atraso referentes aos cursos presenciais tiveram aumento ainda maior no período (55,1%), e as de cursos de ensino a distância (EAD) subiram 8,6%.

O percentual de inadimplência nas instituições de grande porte ficou em 23,4% e nas instituições de pequeno ou médio porte, em 24,2% no mesmo período. Na comparação com abril deste ano, houve queda de 9,1/% na inadimplência. Houve queda tanto na modalidade presencial (-11,4%) quanto no EAD (-7,9%). Os dados fazem parte da 3ª Pesquisa Cenário Econômico das Instituições de Ensino Superior Privadas e foram divulgados dia 29/06/2020 pelo Semesp, entidade que representa as universidades privadas no país. Os dados refletem duas das consequências da pandemia de covid-19: aumento do número de desempregados e queda na renda dos trabalhadores.

A pesquisa mostra também que houve aumento de 14,2% no número de alunos que desistiram ou trancaram a matrícula no mês de maio. No caso dos cursos presenciais, a evasão aumentou 14,3%. Já nos cursos EAD, a taxa de evasão caiu 2,4%. Quanto ao porte das instituições, a taxa de evasão entre os alunos das pequenas ou médias foi de 4,1%. Nas universidades de porte grande, a taxa subiu 9,9%. Na comparação com abril, o aumento foi de 31,3%. Cerca de 3,6% dos alunos deixaram o curso em maio perante os 2,8% do mês de abril. A maior taxa de evasão foi sentida pelos alunos da modalidade EAD.(ALBUQUERQUE, 2020)

2.3.4 Captação

Se por um lado muitos alunos evadem, por outro as IES também sentem bastante dificuldade em captá-los. O Instituto Semesp realizou algumas análises e estimativas do número de novos alunos para o setor educacional privado baseadas em modelos econométricos, com diversas variáveis econômico-sociais, como inadimplência, empregabilidade, evasão, consumo e buscas na internet por termos relacionados ao ensino superior, extraídos por meio de Big Data.

As estimativas não são nada animadoras. A tendência é de queda acentuada no número de ingressantes no ensino superior privado brasileiro em 2020. O estudo mostra um declínio de 24,9% no total de calouros em 2020 quando comparado a 2019.

Já no 1º semestre, houve declínio nesse número em torno de 13,2%.

Essa redução é ainda maior se observado apenas o 2º semestre, quando o percentual deve cair algo em torno de 44,7%. A queda também deve ser observada em ambas as modalidades, presencial (42,8%) e EAD (46,2%).(SEMESP, 2020, p. 2)

Em 20 de maio de 2020, o INEP publicou, através de nota oficial (INEP, 2020) que em função do impacto da pandemia do coronavírus no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2020 as datas serão adiadas de 30 a 60 dias em relação ao que foi previsto nos editais. Esta ação impacta diretamente na captação das IES, pois a nota do ENEM, com o adiamento, está prevista para março de 2021, período em que, comumente as aulas já se iniciaram, comprometendo, assim, a captação deste público que representa cerca de 76% do total no período. Esse é o percentual de futuros universitários que precisam do amparo do Programa Universidade para Todos (Prouni), Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) ou de bolsas e financiamentos adotados pelas próprias faculdades, todos vinculados à nota do Enem.

3 Conclusão

O ano de 2020, após a disseminação em massa do vírus SarsCoV 2, transformou a vida de todos.

Neste artigo, mostramos como os órgãos governamentais reguladores se portaram frente a crise provocada pela pandemia e como a legislação foi se formando a cerca do tema. Flexibilizaram-se os dias letivos, as aulas presenciais foram suspensas e logo substituídas pelas aulas remotas.

Foram apresentadas diferentes perspectivas, positivas e negativas, buscando elucidar as questões centrais pautadas como objetivos deste presente artigo.

A perspectiva do aluno, que passou por severas dificuldades com as novas tecnologias implementadas (33,3% tiveram algum problema no início) e notaram claramente que seus professores não estavam bem preparados para essa nova modalidade de ensino e precisam de mais tempo se preparando para melhorarem o curso(39,9%), 37% defenderam que seu aprendizado diminuiu na modalidade online. Como pontos positivos, 82,5% destacam na modalidade online a flexibilidade de tempo, 76,5% a diminuição de tempo até a escola e 74,9% a economia com transportes. Em geral, o estudante entende que o novo modelo adotado foi uma necessidade, porém 69,4% acredita que o aprendizado é melhor quando feito de forma presencial.

Quando analisamos a perspectiva dos professores, podemos destacar a dificuldade inicial de adaptação a nova forma de lecionar, e a dificuldade em tornar as aulas interativas, incluir novos conteúdos, utilizar novas ferramentas de ensino, adaptar as aulas práticas no formato online, incluir recursos visuais e readequar as atividades e os materiais didáticos, o que consequentemente diminuiu a qualidade na avaliação dos discentes. Todos estes pontos foram sentidos pelos alunos e relatados neste artigo.

Como ponto positivo, nossa análise mostrou que os professores avaliaram positivamente o conhecimento em novas ferramentas e softwares de ensino

remoto, o uso de metodologias ativas e o auxílio na qualidade de vida, como redução no deslocamento e transporte. E talvez o mais enriquecedor destaque na experiência do professor tenha sido que o conhecimento adquirido durante esse processo ajudou os docentes a se reinventarem na forma de ensinar, o que a médio longo prazo, pode vir a ser o passo inicial para uma transformação positiva em nossa educação.

Investigando as IES, notamos que o primeiro passo foi reduzir a dicotomia entre ensino à distância e presencial, adaptando a metodologia à nova realidade instaurada pela pandemia. Com o aumento do número de desempregados no país, as mensalidades em atraso referentes aos cursos presenciais tiveram aumento de inadimplência de 55,1% no período de maio de 2020, comparado a maio de 2019, e as de cursos de ensino a distância (EAD) subiram 8,6%. Quando a inadimplência aumenta, consequentemente a evasão segue o mesmo rumo. Comparando abril de 2020 a abril de 2019, a evasão o aumento foi de 31,3%, números assustadores para o setor.

No cenário de captação, as estimativas foram ainda piores. Para o 2º semestre, o percentual deve cair algo em torno de 44,7%, pois somada a crise financeira do país, o ENEM, responsável 76% da captação das IES, foi adiado e seu resultado está previsto para meados de março de 2021, tornando o cenário ainda mais caótico.

Como aspecto transformador, houve um movimento das IES privadas em disponibilizar ambientes virtuais para a aula online via plataformas gratuitas ou pagas, como Google Meeting e Hangout, Zoom, Microsoft Teams, Skype, WhatsApp. A ampliação de sua infraestrutura de TI para suportar o aumento considerável de acessos simultâneos também fez parte do processo.

Importante ressaltar que os impactos causados pela pandemia serão sentidos por todos os agentes mencionados neste artigo por um longo tempo, e que diversas transformações no ensino, na gestão das IES e no próprio perfil do discente, ainda irão acontecer. Novas tecnologias e metodologias devem ser integradas, a fim de melhorar a qualidade do ensino, e experiência do aluno.

4 Referências

A, GRUPO. As mudanças nas IES induzidas pela pandemia. Desafios Da Educação, [S. l.], p. 1, 6 out. 2020. Disponível em: https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/mudancas-ies-pandemia/. Acesso em: 24 out. 2020.

ABMES [ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR]. COVID-19 vs. Educação Superior: O que pensam os alunos e como sua IES deve se preparar? Relatório de pesquisa - onda 2. EducaInsights, 2020. Disponível em: https://abmes.org.br/arquivos/pesquisas/pesquisaabmeseduca05052020.pdf. Acesso em:\_08 out. 2020.

ALBUQUERQUE, Flávia. Inadimplência no ensino superior privado aumenta 23,9% em maio: Mensalidades em atraso aumentaram mais em cursos presenciais. AgênciaBrasil, São Paulo, p. 1, 29 jun. 2020. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-06/inadimplencia-no-ensino-superior-privado-aumenta-em-maio. Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Conselhos Estaduais de Educação. Parecer CNE/CEB n. 19/2009, de 2 de setembro de 2009. Consulta sobre a reorganização dos calendários escolares. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, p. 52, 13 out. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb019\_09.pdf. Acesso em: 05 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, sessão 1, Brasília, DF, n. 248, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria n. 329, de 11 de março de 2020. Institui o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação - COE/MEC, no âmbito do Ministério da Educação. Diário Oficial da União, ed. 49, seção 1, Brasília, DF, p. 165, 12 mar. 2020b. Disponível em: http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-329-de-11-de-marco-de-2020-247539570. Acesso em: 20 out 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria n. 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Diário Oficial da União, ed. 53, seção 1, Brasília, DF, p. 39, 18 mar. 2020c. Disponível em: http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376. Acesso em: 20 out. 2020

BRASIL. Atos do Poder Executivo. Medida Provisória n. 934, de 01 de abril de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do Ensino Superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União, ed. 63-A, seção 1, Brasília, DF, p. 1,01 abr. 2020d. Disponível em: http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Secretaria Executiva. Súmula do Parecer CNE/CP n. 5/2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Diário Oficial da União, ed. 83, seção 1, Brasília, DF, p. 63, 04 maio 2020e. Disponível em: http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/sumula-do-parecer-cne/cp-n-5/2020-254924735. Acesso em: 08 maio 2020. Disponível em: http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/sumula-do-parecer-cne/cp-n-5/2020-254924735. Acesso em: 18 out. 2020.

Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (2019-nCoV). Diário Oficial da União, ed. 24-A, seção 1, Brasília, DF, p. 1, 04 fev. 2020a. Disponível em: http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388. Acesso em: 18 out 2020.

GABRIEL, Fabson. Com a reinvenção da profissão do professor, novas dificuldades são impostas. Diario de Pernambuco, Diario de Pernambuco, 14 out. 2020. 1, p. 1. Disponível em: https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2020/10/com-a-reinvencao-da-profissao-do-professor-novas-dificuldades-sao-imp.html. Acesso em: 26 out. 2020.

GOVERNMENT OF UNITED KINGDOM. Education and childcare: Part of coronavirus. United Kingdom: Government of United Kingdom, 2020. Disponível em: https://www.gov.uk/coronavirus/education-and-childcare. Acesso em: 21 maio 2020

HODGES, C.; MOORE, S.; LOCKEE, B.; TRUST, T.; BOND, A. The difference between emergency remote teaching and online learning. Educause Review, Washington, 27 mar. 2020. Disponível em: https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning. Acesso em: 29 out. 2020.

INEP. INEP. NOTA OFICIAL | Adiamento do Enem 2020. In: INEP. INEP. NOTA OFICIAL | Adiamento do Enem 2020. [S. l.], 20 maio 2020. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/nota-oficial-adiamento-do-enem-2020/21206. Acesso em: 29 out. 2020.

KISSLER, S. M.; TEDIJANTO, C.; GOLDSTEIN, E.; GRAD, Y. H.; LIPSITCH, M. Projecting the transmission dynamics of SARS-CoV-2 through the postpandemic period. Science, v. 368, n. 6493, p. 860-868, maio 2020. Acesso em: 24 out. 2020. https://doi.org/10.1126/science.abb5793

MINISTRO PER L’INNOVAZIONE TECNOLOGICA E LA DIGITALIZZAZIONE. Solidarietà digitale. [s. l.]: Agenzia per l’Italia Digitale, 2020. Disponível em: https://solidarietadigitale.agid.gov.it/#/come-aderire. Acesso em: 21 out.. 2020.

MOTIEJÜNAITÊ-SCHULMEISTER, A; CROSIER, D. How is Covid-19 affecting schools in Europe? Eurydice, European Commission, 02 abr. 2020. Disponível em:\_https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice/content/how-covid-19-affecting-schools-europe\_en. Acesso em: 21 out. 2020.

SEMESP, Instituto. Parte II: Ensino Remoto na visão do professor de graduação. SEMESP, Instituto Semesp, v. 1, p. 1-29, 2020. Disponível em: https://www.semesp.org.br/pesquisas/parte-ii-ensino-remoto-na-visao-do-professor-de-graduacao/. Acesso em: 26 out. 2020.

SEMESP, Instituto. TENDÊNCIAS DE CAPTAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO PARA O 2º SEMESTRE DE 2020. TENDÊNCIAS DE CAPTAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO PARA O 2º SEMESTRE DE 2020, [s. l.], p. 1-7, 2020. Disponível em: https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2020/07/tendencias-ensino-superior-privado.pdf. Acesso em: 29 out. 2020.

THE WORLD BANK. How countries are using edtech (including online learning, radio, television, texting) to support access to remote learning during the COVID-19 pandemic. Washington: The World Bank, 2020. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/topic/edutech/brief/how-countries-are-using-edtech-to-support-remote-learning-during-the-covid-19-pandemic. Acesso em: 21 out. 2020.

UNESCO [UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANISATION] COVID-19 Educational disruption and response. Paris: Unesco, 30 July 2020a. Disponível em: http://www.iiep.unesco.org/en/covid-19-educational-disruption-and-response-13363. Acesso em: 22 out. 2020.

WHO [WORLD HEALTH ORGANIZATION], Global research on Coronavirus disease (COVID-19). Geneva: World Health Organization, 2020. Disponível em: https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/global-research-on-novel-coronavirus-2019-ncov. Acesso em: 20 out. 2020.